



Índice

GABINETE DO PREFEITO	2
EDITAL	2
EDITAL DE INTIMAÇÃO	2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2025	2
INSTRUÇÃO NORMATIVA	2
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0, DE 13 DE MAIO DE 2025 -	2
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL	5
EXTRATO DE ATA	5
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20250505PE0072025-2	5
EXTRATO DE CONTRATO	11
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-4	11
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-5	12
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-6	12
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250508PE0122025	12

GABINETE DO PREFEITO**EDITAL****EDITAL DE INTIMAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO A Presidente da Comissão Processante, instituída pelo Decreto 016/2021-GAP, de 18 de junho de 2021, composta pela presidente a Sra. Janaina de Sousa Xavier Santos, vice-presidente Francisco da Conceição Araújo e pelo secretário José Carlene Santos Marinho, designados para atuar Processo Administrativo Disciplinar nº 025/2023, instaurado por intermédio de ofício pelo órgão que é subordinado, vem INTIMA a servidora, DIRACILENE ALMEIDA SOARES, servidora pública, que figura em seu nome a apuração dos fatos referentes ao processo de nº 025/2023, por se encontrar em local incerto e não sabido, para apresentar defesa escrita, na sede de instalação da Comissão Processante, se encontram a disposição para vistas ou cópia, no endereço Avenida Deputado La roque 1229, centro, nesta cidade ou pelo e-mail procuradoriadeamarante@hotmail.com. Decorrido o prazo legal, sem que DIRACILENE ALMEIDA SOARES, servidora pública, que figura em seu nome a apuração dos fatos referentes ao processo de nº 025/2023, apresente defesa escrita, será declarada à revelia. Amarante do Maranhão/MA, 18 de abril de 2023. Janaina de Sousa Xavier Santos Presidente

Publicado por: Ana Karolina Viana da Silva
advogada do Gabinete

Código identificador: evcbypxxgd20250513110553

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2025
IMPLANTAÇÃO DAS PROGRESSÕES HORIZONTAL
E VERTICAL DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS
OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS DA
ADMINISTRAÇÃO A SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO DE AMARANTE DO MARANHÃO,
no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Administrativos (LEI Nº 540/2024-GAB) e em conformidade com a legislação vigente, CONVOCA os servidores administrativos da administração municipal que preencham os requisitos legais para progressão horizontal ou vertical a comparecerem à Prefeitura Municipal de

Amarante do Maranhão - MA para solicitação da implantação da respectiva progressão funcional. 1. DA FINALIDADE A presente convocação tem por finalidade dar publicidade à implantação das progressões funcionais, permitindo que os servidores aptos possam requerer sua evolução na carreira, conforme critérios previstos em lei. 2. DO PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO As solicitações poderão ser feitas a partir do dia 19/05/2025 até o dia 23/05/2025 durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, de segunda a sexta-feira. 3. DOS REQUISITOS Poderão solicitar: Progressão Horizontal: servidores estáveis, com interstício de 4 (quatro) anos de efetivo exercício na referência atual e avaliações de desempenho favoráveis; Progressão Vertical: servidores estáveis com comprovação de nova titulação ou qualificação compatível com as exigências legais. 4. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA O servidor interessado deverá apresentar: Requerimento preenchido e assinado (formulário disponível no Setor de Contracheques); Cópia do contracheque atual; Cópia do documento de identificação com foto; Comprovante de tempo de serviço emitido pelo RH; Avaliações de desempenho; Diploma, certificado ou comprovante de qualificação (para progressão vertical); Declaração de efetivo exercício assinada pelo chefe imediato. 5. DA ANÁLISE E IMPLANTAÇÃO As solicitações serão analisadas pela Comissão Técnica de Avaliação, e as progressões deferidas terão seus efeitos financeiros implantados conforme disponibilidade orçamentária e cronograma administrativo. 6. DISPOSIÇÕES FINAIS A Secretaria Municipal de Administração se coloca à disposição para esclarecimentos adicionais por meio dos canais institucionais. É de responsabilidade do servidor acompanhar as etapas do processo. Amarante do Maranhão, 13 de Maio de 2025 Weliton Silva Secretário Municipal de Administração Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão

Publicado por: Ana Karolina Viana da Silva
advogada do Gabinete

Código identificador: xfmj1ofmzhw20250513150533

INSTRUÇÃO NORMATIVA**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0, DE 13 DE MAIO DE 2025 -**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0, DE 13 DE MAIO DE 2025 "Dispõe sobre as regras e procedimentos para uso do

Diário Online, no âmbito das escolas da rede municipal de ensino de Amarante do Maranhão." A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AMARANTE DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida por lei, e considerando a necessidade de regulamentação nos procedimentos de informações no Diário Online das Unidades Escolares da Rede de Ensino de Amarante do Maranhão; RESOLVE: Art. 1º - Atualizar as regras e procedimentos para o uso do Diário Online, no âmbito das escolas da rede municipal de ensino de Amarante do Maranhão. §1º O Diário Online é constituído pelas ferramentas de registro das atividades pedagógicas, como: Plano Mensal/Bimestral, Diário de Conteúdos, Diário de Frequência e Avaliações. §2º O Diário Online é disponibilizado aos usuários por meio de internet, através do link: www.semeducamarante.com.br (Sistema de Monitoramento de Escolas Públicas – SIMEP). Art. 2º - O Diário Online tem por objetivos: I – Modernizar o processo de registro dos lançamentos de frequência, de conteúdos e de pontuação dos alunos da rede municipal, otimizando a rotina do trabalho docente; II – Monitorar o fluxo escolar e o desempenho dos alunos, de forma a gerar informações em tempo real para subsidiar o processo de tomada de decisões; III – Proporcionar aos pais/responsáveis o acesso a informações atualizadas para acompanhamento da vida escolar dos alunos; IV – Monitorar a execução e avaliação dos resultados das políticas públicas instituídas no âmbito da Educação Pública Municipal. Capítulo I – Das Normas para o Uso do Diário Online Art. 3º - Os registros dos planos mensais/bimestrais, dos conteúdos, da frequência e das pontuações das avaliações no Diário Online são obrigatórios para todos os professores da rede pública municipal. §1º O registro dos planos mensais/bimestrais deve ser feito em até 05 (cinco) dias após a reunião de planejamento, respeitando o calendário letivo. §2º O registro da frequência dos alunos e dos conteúdos trabalhados deve ser diário, conforme o horário escolar vigente. Capítulo II – Das Responsabilidades Art. 4º - São responsabilidades da equipe Gestora/Pedagógica: I – Fazer a matrícula e/ou rematrícula (migrar alunos) no período estipulado pela Secretaria Municipal de Educação; II – Criar as turmas conforme a modalidade de ensino oferecida pela escola; III – Inserir os alunos por turma e série/ano; IV – Mapear os professores por componente(s) curricular(es) e turma(s); V – Cadastrar o calendário, o horário escolar e o resumo mensal; VI – Fazer o acompanhamento de:

Lançamento dos planos mensais/bimestrais, marcando como VÁLIDO ou PENDENTE; Registro de aulas e frequência conforme a carga horária exigida pelo calendário escolar Avaliações e fechamento de diário. (conferir a quantidade de aulas e avaliações por componente curricular). VII – Atualizar o cadastro de alunos e servidores periodicamente; VIII – Cadastrar o servidor licenciado e substituí-lo conforme a determinação da Secretaria Municipal de Educação; IX – Emitir documentações escolares. Parágrafo único: Cobrar a documentação mínima exigida para alunos novos na escola, mantendo o cuidado para evitar a duplicação e a exclusão de cadastros ativos. Art. 5º - São responsabilidades do(a) professor(a): I – Acessar o link disponibilizado pela SEMEDUC, utilizando CPF como login e senha; II – Cadastrar o Plano mensal/bimestral; III – Inserir diariamente os registros de conteúdos trabalhados, conforme o quadro de horário escolar vigente; IV – Cadastrar ou justificar as faltas dos alunos no módulo “Faltas”; V – Inserir as notas alcançadas pelos alunos; VI – Fazer relatório de evolução ou desempenho de alunos com necessidades especiais; VII – Zelar pela fidedignidade dos registros realizados. Parágrafo único: Os registros nos módulos “Conteúdos”, “Frequência” e “Avaliação”, deverão ser feitos conforme a organização da rotina docente. Capítulo III – Da Obrigatoriedade Art. 6º - As escolas da rede municipal que não possuem exceções previstas nesta portaria deverão registrar os conteúdos e a frequência dos alunos diariamente no Diário Online. Art. 7º - No caso de professores em licença médica de até 15 (quinze) dias, ou afastamentos como abonos, intimações da justiça eleitoral ou júri, o professor substituto deverá realizar os registros no sistema. Art. 8º - Para licenças superiores a 15 dias, a responsabilidade pelo registro será da Secretaria Escolar, até a designação de substituto. Art. 9º - As escolas sem Direção Escolar deverão ser assessoradas pelos supervisores jurisdicionados. Art. 10 - Atestados médicos e faltas justificadas dos alunos devem ser analisados pela equipe pedagógica e encaminhados à gestão para inserção no sistema, na funcionalidade "Ocorrência". Art. 11 - Os prazos finais para inserção dos registros em cada bimestre, serão estabelecidos pelo Calendário Escolar vigente. Art. 12 - O descumprimento das determinações desta portaria caracteriza oposição à realização de serviço público, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei Municipal nº 299/2010. Art. 13- Esta Instrução



Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Art.
14 - Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete da
Secretaria de Educação, Amarante do Maranhão, 13 de
maio de 2025. _____ Geane da
Silva Carvalho Secretária Municipal de Educação

Publicado por: Ana Karolina Viana da Silva

advogada do Gabinete

Código identificador: doubklxvdr320250513160518



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EXTRATO DE ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 20250505PE0072025-2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º [20250505PE0072025-2](#)

A Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão, com sede Avenida Deputado Lá Rocque, nº 1229, Centro, na cidade de Amarante do Maranhão/MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.157.846/0001-16, neste ato representada pelo Secretário municipal de Educação, [Sr.ª. Geane Viana da Silva Carvalho](#), portadora do CI/RG Nº 061828892017-8 SSP MA e do CPF/MF nº 522.152.373-68, nomeada pela Portaria nº 005/2025 - GAP, publicada no dia 02 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 007/2025, publicada no de 13/02/2025, processo administrativo n.º 029/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pela Lei Municipal nº 526/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual [aquisição de gêneros alimentícios diversos, destinado a composição da merenda escolar, nas escolas, creches da rede municipal de ensino, tanto na zona rural quanto na zona urbana do Município de Amarante do Maranhão - MA](#), assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LICITANTE: **RENOVAR EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**

CNPJ: **37.651.837/0001-00**

ENDEREÇO: **Rua Potázio José Marinho, nº 02, Vila Maciel - São João do Paraíso - MA**

REPRESENTANTE: **Edson Oliveira Ramos, CPF nº 323.460.932-20**

TELEFONE: **(99)98446-3772**

E-MAIL: renovarempreendimentos21@gmail.com

--	--	--	--	--	--	--



ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
54	POLPA DE FRUTA DE ACEROLA: PCT 1kg 100% natural, pura, congelada, embalagem integra e transparente de 1Kg	Quilogramas	10710	bom sabor	R\$ 10,22	R\$ 109.456,20
56	POLPA DE FRUTA DE CAJÁ: PCT 1kg 100% natural, pura, congelada, embalagem integra e transparente de 1Kg	Quilogramas	10710	bom sabor	R\$ 10,38	R\$ 111.169,80
VALOR TOTAL REGISTRADO: R\$ 220.626,00 (duzentos e vinte mil seiscientos e vinte e seis reais)						

2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

1. O órgão gerenciador será a secretaria municipal de Educação.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
 3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
 4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
 5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a

cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

- 2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*
- 3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
 2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.2.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.2.2. O registro a que se refere o item 5.5. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.5 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.5.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir

as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: fpbcgopz6ca20250512210510

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-4

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-4.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2025 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 010/2025 OBJETO: contratação de
empresa especializada para aquisição de insumos
hospitalares para atender as necessidades da secretaria
municipal de saúde de Amarante do Maranhão/MA.
CONTRATADA: M. A. M. COMÉRCIO E
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, situada
na Rua Acácia, nº 1953, Bairro Joquei - Teresina - PI,
inscrita no CNPJ sob o nº 33.836.848/0001-04, neste ato
representado pelo Misael Alves de Moraes Neto.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Amarante do

Maranhão, através da Secretaria Municipal de Saúde,
representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra.
Delane Miranda Silva; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses;
Valor Total: R\$ 918.962,75 (novecentos e dezoito mil
novecentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco
centavos); PROGRAMA DE TRABALHO: 0213 – Fundo
Municipal de Saúde; Dotação Orçamentária:
10.301.1316.2161 – Manutenção do Fundo Municipal de
Saúde; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de
Consumo; Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Data da
Assinatura: 30/04/2025. Amarante do Maranhão – MA, 30
de abril de 2025. Sra. Delane Miranda Silva - Secretária
Municipal da Saúde

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: dss3xgki5b20250512210537

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-5

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-5. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 OBJETO: contratação de empresa especializada para aquisição de insumos hospitalares para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Amarante do Maranhão/MA. CONTRATADA: M. A. M. COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, situada na Rua Acácia, nº 1953, Bairro Joquei - Teresina - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 33.836.848/0001-04, neste ato representado pelo Misael Alves de Moraes Neto. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Delane Miranda Silva; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses; Valor Total: R\$ 918.962,75 (novecentos e dezoito mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos); PROGRAMA DE TRABALHO: 0213 – Fundo Municipal de Saúde; Dotação Orçamentária: 10.301.1316.2178 – Manutenção do Hospital Municipal; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Data da Assinatura: 30/04/2025. Amarante do Maranhão – MA, 30 de abril de 2025. Sra. Delane Miranda Silva - Secretária Municipal da Saúde

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: 4lx5lqfco20250512210528

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-6

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250430PE0102025-6. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 OBJETO: contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão/MA. CONTRATADA: M. A. M. COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, situada na Rua Acácia, nº 1953, Bairro Joquei - Teresina - PI, inscrita no CNPJ sob o nº 33.836.848/0001-04, neste ato representado pelo Misael Alves de Moraes Neto. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Secretária Municipal

de Saúde, Sra. Delane Miranda Silva; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses; Valor Total: R\$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 0213 – Fundo Municipal de Saúde; Dotação Orçamentária: 10.301.1316.2161 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Data da Assinatura: 30/04/2025. Amarante do Maranhão – MA, 30 de abril de 2025. Sra. Delane Miranda Silva - Secretária Municipal da Saúde

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: lsgvulunfu20250512210519

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250508PE0122025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20250508PE0122025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de reforma de carteiras escolares, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Amarante do Maranhão - MA. CONTRATADA: COMERCIAL DEUS SEJA LOUVADO EIRELI - ME, situada na Rod. MA cento e vinte e dois, nº 150 - A, Povoado Avarandado - Amarante do Maranhão - MA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.893.371/0001-10, neste ato representado pelo Sr. IROMAR CUSTÓDIO SILVA. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Educação, representada pela Secretária Municipal de Educação, Srª. Geane Viana da Silva Carvalho; Prazo de Vigência: 12 (doze) meses; Valor Total: R\$ 985.747,00 (novecentos e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e sete reais); PROGRAMA DE TRABALHO: 3 – FUNDO DE MANUTENÇÃO EDUCAÇÃO - FUNDEB; 02 – PODER EXECUTIVO; 0211 – FUNDEB; 021100 – FUNDEB; 12 – EDUCAÇÃO; 12 361 – ENSINO FUNDAMENTAL; 12 361 0403 2081 0000 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB 30%; 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA; Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Data da Assinatura: 08/05/2025. Amarante do Maranhão – MA, 08 de maio de 2025. Srª. Geane Viana da Silva Carvalho - Secretária Municipal da Educação

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro



Código identificador: nkt35ebxhv20250513200543





Estado do Maranhão
PREFEITURA DE AMARANTE DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Secretaria Municipal de Administração
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro, Amarante do Maranhão - MA
Cep: 65923-000

Vanderly Gomes Miranda
Prefeito Municipal

Weliton Silva
Secretario Municipal de Administração

Informações: prefeitura@amarante.ma.gov.br

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=Certificado Digital PJ A1/OU=
Presencial/OU=47280695000176/OU=AC SyngularID
Multipla/CN=MUNICIPIO DE AMARANTE DO
MARANHÃO:06157846000116
Data: 13/05/2025